

RODRIGO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO

Juiz Federal – Titular da 35ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco (TRF da 5ª Região)

Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela UFPE

Professor de processo civil da FAFIRE (Faculdade Frassinetti do Recife) e professor convidado da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região

Ex-Procurador Federal e Ex-Advogado da União

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO IRDR



Belo Horizonte

2021

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roessler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clêve	Márcio Luis de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dheuis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircéo Torrecillas Ramos	Martouio Mont'Alverne Barreto Lima
Edsou Ricardo Saleme	Nelson Rosenvald
Eliane M. Octaviano Martins	Renato Caram
Emerson Garcia	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Rodolfo Viana Pereira
Florisbal de Souza Del'Olmo	Rodrigo Almeida Magalhães
Frederico Barbosa Goues	Rogério Filippetto de Oliveira
Gilberto Bercovici	Rubens Beçak
Gregório Assagra de Almeida	Sergio André Rocha
Gustavo Corgosinho	Sidney Guerra
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jauile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaina Rigo Sautin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2021.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: Free-Photos (Pixabay.com)

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.4
A663a
2021

Araújo, Rodrigo Vasconcelos Coêlho de.
Audiências públicas no IRDR / Rodrigo Vasconcelos Coêlho de
Araújo. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021.
343 p.

ISBN: 978-65-5929-047-5
ISBN: 978-65-5929-050-5 (E-book)

1. Direito. 2. Direito – Brasil. 3. Direito civil. 4. Direito – Precedentes – Brasil. 5. Precedentes – Direito – Brasil. 6. Segurança jurídica – Brasil. 7. Direito – Eficiência processual. 8. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR. I. Título.

CDDir – 341.4
CDD(23.ed.)-347.8105

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 – Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 – Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XI
APRESENTAÇÃO	XV
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2	
COMPREENSÃO DOS PRECEDENTES NO BRASIL.....	13
2.1. Aspectos Históricos dos Precedentes no Common Law, no Civil Law e a Formação do Sistema de Precedentes no Direito Brasileiro	13
2.1.1. Breve Histórico da Formação e características do Civil Law	14
2.1.2. Breve Histórico da Formação e características do Common Law	16
2.1.3. O Sistema Brasileiro como confluência do Civil Law e do Common Law	19
2.1.4. Precedentes obrigatórios e (des)necessidade de previsão constitucional.....	25
2.2. Alguns Aspectos Teóricos do Sistema de Precedentes.....	30
2.2.1. Elementos constitutivos e conceito de precedente no direito brasileiro	31
2.2.2. <i>Ratio decidendi, obiter dictum e distinguish</i> : algumas considerações.....	36
2.3. Precedentes e Distinção com Outros Institutos Processuais.....	47
2.3.1. Jurisprudência.....	48
2.3.2. Ementa	49
2.3.3. Súmulas.....	51

2.4. Precedentes e (Des)construção da Segurança Jurídica no Brasil	53
2.4.1. A Segurança Jurídica Idealizada dos Precedentes	53
2.4.2. A Segurança Jurídica Possível dos Precedentes.....	56

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E PRECEDENTES.....	59
3.1. A Origem da Eficiência no Sistema Jurídico Brasileiro	66
3.1.1. A eficiência na administração de empresas.....	67
3.1.2. A eficiência no Direito Administrativo e o Poder Judiciário	69
3.2. A Eficiência Processual como Princípio.....	76
3.2.1. Eficácia, efetividade e eficiência: distinções necessárias	80
3.2.2. Funções do princípio da eficiência processual e sua aplicação.....	84
3.2.3. Modelo cooperativo de processo e gestão compartilhada da eficiência.....	88
3.2.4. Interação com princípios da razoável duração processual e da economicidade.....	97

CAPÍTULO 4

ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR.....	105
4.1. A Técnica Processual da Litigiosidade Repetitiva	106
4.1.1. Distinção entre as demandas individuais, coletivas e repetitivas.....	111
4.1.2. A técnica da litigiosidade repetitiva como exigência da eficiência processual.....	118
4.2. A Inspiração do IRDR no Direito Alemão (Musterverfahren).....	121
4.3 Considerações Prévias sobre a natureza do IRDR.....	127
4.3.1. A técnica adotada no Brasil (causa-piloto ou procedimento-modelo)	128
4.3.2. O Objeto do IRDR (demandas repetitivas ou questões repetitivas).....	136
4.4. Requisitos para instauração do IRDR	138
4.4.1. A efetiva repetição de processos.....	138
4.4.2. Controvérsia sobre questão comum de direito.....	140
4.4.3. Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.....	143
4.4.4. Questão jurídica não afetada em Recurso Especial ou Extraordinário Repetitivo	144
4.5. Aspectos Processuais Relevantes do IRDR.....	145
4.5.1. Competência.....	146
4.5.2. Legitimidade para requerer a instauração	153
4.5.3. Decisão de Admissão	157
4.5.4. Providências do Relator e Suspensão dos Processos Pendentes	159
4.5.5. Cadastramento Eletrônico e Publicidade.....	164

4.5.6. Participação dos sujeitos processuais e instrução	165
4.5.7. O Julgamento de mérito: fundamentação e fixação da tese	166
4.5.8. Sistemática dos Recursos	168

CAPÍTULO 5

PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	175
5.1. Contraditório Ampliado e Despolarização Processual.....	176
5.2. Limites e Possibilidades de Atuação dos Sujeitos Processuais.....	180
5.2.1. As partes selecionadas como condutoras do debate.....	180
5.2.2. As partes dos processos sobrestados.....	184
5.2.3. O Ministério Público.....	188
5.3. Pluralidade Argumentativa e Instrução do Incidente.....	190
5.3.1. O <i>amicus curiae</i>	191
5.3.1.1. Origem.....	191
5.3.1.2. Natureza Jurídica e Poderes.....	194
5.3.1.3. Pressupostos objetivos.....	199
5.3.1.4. Pressuposto Subjetivos.....	201
5.3.1.5. Utilização eficiente do <i>amicus curiae</i> no IRDR.....	203
5.3.2. A audiência pública.....	205

CAPÍTULO 6

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	207
6.1. Pressupostos Teóricos das Audiências Públicas.....	208
6.1.1. A Sociedade aberta e os seus inimigos: Karl Popper.....	209
6.1.2. A Sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Peter Häberle.....	213
6.2. As Audiências Públicas e a Democracia Participativa.....	221
6.3. Espécies de Audiências Públicas no Direito Brasileiro.....	229
6.3.1. Fundamento Normativo das Audiências Públicas.....	230
6.3.2. Finalidades das Audiências Públicas.....	235
6.3.3. Audiências Públicas no Processo Legislativo.....	238
6.3.4. Audiências Públicas no Processo Administrativo.....	241
6.3.5. Audiências Públicas no Processo Judicial.....	247
6.3.5.1. Experiência estrangeira do modelo argentino.....	247
6.3.5.2. Introdução e desenvolvimento no direito brasileiro.....	249
6.3.5.3. A superação do déficit de legitimidade e os fatos legislativos/prognoses.....	251
6.3.5.4. Audiências públicas e <i>amicus curiae</i> : uma relação eficiente.....	259
6.3.5.5. Legitimidade dos participantes e consideração dos argumentos...	264
6.3.5.6. Possibilidades de aperfeiçoamento.....	268

6.3.6 (In)existência de regime jurídico uniforme das audiências públicas	269
6.4. Audiência Pública no IRDR.....	270
6.4.1. Finalidade(s) da Audiência Pública no IRDR.....	271
6.4.2. Requisitos da Audiência Pública no IRDR.....	281
6.4.3. Critério de Seleção dos Participantes da Audiência Pública.....	284
6.4.4. Deveres e direitos dos magistrados e demais sujeitos processuais...	288
6.4.5. Despacho de convocação da Audiência Pública.....	292
6.4.6. O rito da Audiência Pública no IRDR.....	294
6.5. Audiência Pública no IRDR e Institutos Análogos.....	297
6.5.1. Audiência de Instrução e Julgamento.....	297
6.5.2. <i>Amicus Curiae</i>	298
6.6. Utilização Eficiente da Audiência Pública no IRDR.....	301
CONCLUSÃO.....	309
REFERÊNCIAS.....	313